

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA – CÂMPUS ARARANGUÁ**

VANESSA DOS SANTOS COSTA

**POSSIBILIDADES DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS PROEJA PARA
ALUNOS DO PRESÍDIO REGIONAL DE ARARANGUÁ, SC**

**Araranguá
2011**

VANESSA DOS SANTOS COSTA

**POSSIBILIDADES DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS PROEJA PARA
ALUNOS DO PRESÍDIO REGIONAL DE ARARANGUÁ, SC**

Monografia apresentada ao Programa de Pós- Graduação *Lato Sensu* em Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), do Instituto Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação PROEJA.

Orientador: Prof. Me. Samuel Costa

**Araranguá
2011**

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força para a conclusão deste trabalho.

Ao meu marido Felipe Recco, aos meus pais Amauri Costa e Lúcia Aparecida dos Santos Costa e minha irmã Liliam dos Santos Costa pela compreensão nos momentos em que estive ausente.

Ao professor Me. Samuel Costa pela orientação neste trabalho.

Às professoras Dra. Suzy Pascoali e Me. Rosabel Bertolin Daniel, coordenadoras do curso, sempre muito atenciosas com todos os alunos.

Em especial à Dra. Maria Clara Kaschny Schneider, Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

Ao Instituto Federal pela viabilização do curso.

A diretora Barbara Santos de Souza por permitir a realização da presente pesquisa nas dependências do Presídio Regional de Araranguá.

Aos alunos da EJA do Presídio Regional de Araranguá. por terem concordado em participar desta pesquisa.

A todos os professores do curso pelo aprendizado e pela oportunidade de perceber a importância social da EJA.

Aos colegas de especialização da turma 2009.

Obrigado a todos.

RESUMO

(Possibilidades de implantação de cursos PROEJA para alunos do presídio regional de Araranguá – SC).

A educação de jovens e adultos aplicada no sistema prisional é importante, uma vez que garante a formação intelectual e social dos educandos e contribui para dificultar a reincidência dos indivíduos. Vários são os aspectos que fazem com que os presos reincidam, mas a falta de uma profissão é um fator relevante. O objetivo deste trabalho é verificar a possibilidade de implantação de cursos PROEJA para educandos do Presídio Regional de Araranguá – SC. Para tanto foi aplicado um questionário com perguntas fechadas para 20 alunos do Ensino Médio na modalidade EJA do Presídio Regional de Araranguá. Para a análise das respostas das questões objetivas, utilizou-se um padrão de contagem, sendo os resultados apresentados em forma de gráficos. A maioria é do gênero masculino (65%) e com idade média de 28,5%, variando entre 20 e 47 anos, sendo a maioria casada (55%). O resultado desta pesquisa constata que a população prisional necessita e tem interesse na formação profissional por meio de curso PROEJA. A profissionalização destes educandos é importante uma vez que contribui para o aumento da dignidade e igualdade destes junto a sociedade.

Palavras-chaves: Privação de liberdade, EJA, PROEJA.

ABSTRACT

(Possible implementation of PROEJA courses for students at Araranguá Regional Prison - SC). The youth and adults education in the prison system is important since it ensures the intellectual and social development of students and contributes to prevent re-offending. There are several aspects that lead ex-prisoners to re-offending, but the lack of a profession is a relevant factor. The objective of this study is to investigate the possibility of developing courses for students of PROEJA (Professional Youth and Adults) at Araranguá Regional Prison- SC. It was applied a questionnaire with 20 closed questions to EJA (Youth and Adults) high school students at Araranguá Regional Prison. For the analysis of answers to objective questions, it was used a standard score, and the results are presented in graphical form. Most are male (65%) and mean age was 28.5%, ranging between 20 and 47 years, mostly married (55%). The result of this research shows that the prison population needs and is interested in vocational training through PROEJA program. The professionalization of these students is important as it helps to increase their dignity and equality in society.

Keywords: deprivation of liberty, EJA (Youth and Adult Education), PROEJA (Youth and Adult Education Integrated to Professional Education).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Importância de o indivíduo apresentar uma formação profissional na visão dos alunos.....	24
Figura 2 – Importância da qualificação profissional para que o indivíduo viva em sociedade na visão dos alunos.....	25
Figura 3 – Existência de uma profissão dos alunos quando estavam em liberdade.....	26
Figura 4 – Alunos que já ouviram falar do PROEJA.....	27
Figura 5 – Interesse dos em fazer um curso profissionalizante concomitante com a EJA	28
Figura 6 – Curso na modalidade de PROEJA que os alunos teriam interesse em realizar.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS

CEB – Câmara de Educação Básica.
CNE – Conselho Nacional de Educação.
EA – Educação Ambiental.
EJA – Educação de Jovens e Adultos.
FIC – Formação Inicial e Continuada.
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina.
LDB – Lei de Diretrizes e Bases.
MEC – Ministério da Educação.
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SEST – Serviço Social de Transporte

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE FIGURA	v
LISTA DE ABREVIATURAS	vi
1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	9
2.1 Objetivo geral.....	9
2.2 Objetivos específicos.....	9
3 REVISÃO DE LITERATURA	10
3.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	10
3.2 PROEJA	15
3.3 A EJA no sistema prisional.....	19
4 METODOLOGIA	21
4.1 Presídio regional de Araranguá – breve histórico.....	21
4.2 A pesquisa	23
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
7 REFERÊNCIAS	33
ANEXO	37

1 INTRODUÇÃO

+

Muitas vezes somente a Educação de Jovens e Adultos não basta quando esta se concentra no grau de instrução escolar destes indivíduos. Precisamos pensar nesta educação com critérios e objetivos mais relevantes para a vida dos educandos, como por exemplo, a possibilidade de profissionalização a esses indivíduos.

Esta situação se torna ainda mais grave quando lidamos com educandos da EJA em situação de privação de liberdade. Para esses alunos o ensino básico sem direcionamento profissional nenhum não faz sentido e não contribui para a reinserção deste preso na sociedade. A formação profissional integrada ao ensino básico é algo que pode auxiliar numa melhora de vida deste cidadão, uma vez que o mesmo adquire uma profissão que pode ajudá-lo na sua reintegração social.

A falta de qualificação profissional para os presos é algo gravíssimo, pois pode dificultar o processo de ressocialização destes apenados. Isso pode ocorrer devido ao fato destes se tornarem excluídos da sociedade devido a não ter alguma função para desempenhar. Porém, é importante que esta função não seja apenas braçal, mas sim uma função importante possibilitada pela profissionalização que contribui para a oportunidade de reinserção deste indivíduo.

Neste contexto, destacamos que a Lei de Execução Penal que em seu artigo 19 estabelece a obrigatoriedade do Ensino Profissional para os reeducandos em situação de privação de liberdade. Esse artigo preconiza que "O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico".

Quando buscamos ressocializar, reinserir os que por motivos diversos foram afastados do convívio social, é eminentemente necessário que as políticas sociais e jurídicas gerenciem efetivas tomadas de decisão para o reinício do exercício da cidadania, como por exemplo, a profissionalização deste indivíduo.

Pode-se salientar que muitas vezes os cursos profissionalizantes oferecidos pelo sistema prisional não qualificam o preso para o mercado de trabalho formal. Diante da tentativa de ressocialização o preso fica a margem dos conceitos referentes à cidadania, uma vez que não se consegue efetuar satisfatoriamente sua reintegração à sociedade.

A falta de qualificação profissional do preso impede seu ingresso no mercado, como consequência, a falta de oportunidade de trabalho facilita a reincidência. A sociedade deve conscientizar-se para que não atue de forma preconceituosa e contribuir para o retorno deste cidadão para a prisão. Assim, podemos observar que a falta de trabalho é um fator relevante,

na vida de um indivíduo que pretende voltar a ter uma vida social, após a sua saída do sistema prisional.

A saída do sistema prisional coloca para o preso uma situação difícil, de extrema complexidade, no que concerne ao modo de sobrevivência que virá desenvolver, pois retorna à sociedade despreparado e “estigmatizado” como criminoso, marginal e outras denominações que rotulam estes indivíduos. Isso pode facilitar a reincidência do indivíduo na vida do crime.

Os reclusos/reclusas sofrem com a ineficiência de cursos profissionalizantes e com a escolarização baixa, por isso é emergencial repensar o sistema prisional para que estes presos realmente tenham condições de reintegrar à sociedade como cidadãos que erraram, mas que precisam de uma nova oportunidade.

Neste sentido, o PROEJA, um programa direcionado a jovens e adultos que ainda não terminaram o ensino básico, visa oferecer oportunidades educacionais que integrem educação básica a uma formação profissional, pode ter um papel muito importante na vida de educandos que estão em privação de liberdade.

Esse programa pode configurar uma oportunidade para que esses indivíduos aprendam uma nova profissão e ainda completem o ensino básico. Os cursos ofertados na modalidade de PROEJA podem então capacitar o cidadão em situação de privação de liberdade a retornarem para a sociedade com oportunidade de inserção no mercado de trabalho e da cidadania outrora perdida.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Verificar a possibilidade de implantação de cursos PROEJA para educandos do Presídio Regional de Araranguá (SC).

2.2 Objetivos específicos

- Conhecer a importância de uma formação profissional para um educando da EJA em privação de liberdade.
- Saber se os educandos da EJA em privação de liberdade têm interesse em realizar um curso profissionalizante junto com a educação básica.
- Identificar as possibilidades e desafios para a implantação de um curso PROEJA para educandos privados de liberdade no Presídio Regional de Araranguá (SC).

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

No período colonial a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, teve início com a escola criada pelos jesuítas chamada de A Companhia Missionária de Jesus. Os jesuítas acreditavam que não seria possível converter os índios sem que os mesmos soubessem ler e escrever, desta maneira se observa a importância da alfabetização na vida dos indígenas adultos para que eles seguissem os costumes e pudessem se submeter a trabalhos manuais ou até mesmo braçais. Os índios quando apreendiam as primeiras letras já eram catequizados pelos jesuítas que os ensinavam também a doutrina católica e os costumes europeus. (CAVALCANTI; MOURA, 2010)

Com a expulsão dos jesuítas ocorrida em 1759 ocorreu a desorganização do ensino existente, então novas iniciativas para a EJA só ocorreram muito depois no Brasil Império. (STRELHOW, 2010).

Já no Brasil Império a Constituição Imperial de 1824 garantiu a todos os cidadãos a instrução primária gratuita, porém era restrita a pessoas livres, saídas das elites que poderiam ocupar cargos de poder imperial (CAVALCANTI; MOURA, 2010).

A partir do Ato Constitucional de 1834, a instrução primária e secundária era de responsabilidade das províncias, sendo direcionadas para todas as pessoas, mas em especial para Jovens e Adultos. É importante ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos tinha um interesse missionário e muitas vezes caridoso. O letramento era um ato de caridade prestado a esses Jovens e Adultos, por pessoas letradas a pessoas perigosas e degeneradas. A educação deixa de ser um direito e passa a ser um ato solidário (SHEPHANOU; BASTOS 2005 apud STRELHOW, 2010).

Em 1879 a Reforma Leôncio de Carvalho caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente. Nos anos 1881 a 1882, os analfabetos perderam o direito ao voto durante a eleição, sofrendo um grande preconceito até mesmo a exclusão de uma sociedade (STRELHOW, 2010).

Ao iniciar o século XX houve uma grande mobilização social, exterminar o analfabetismo, porque estava sendo o culpado pelo fracasso da situação de subdesenvolvimento do Brasil.

Em 1915 foi criada a Liga Brasileira contra o analfabetismo. Na Associação Brasileira de Educação (ABE), as discussões norteavam a solução para a praga que tinha se instalado o “analfabetismo”.

A conclusão que chegaram foi que aqueles adultos que não eram alfabetizados deveriam procurar se alfabetizar. Sendo assim, essas pessoas poderiam contribuir com a produtividade e desenvolvimento do país. O Brasil enfrentou a crise na economia com a exportação do café, junto a mudança econômica começou mudar coisas no âmbito da educação, com o surgimento das idéias da Escola Nova e posteriormente as ações da pedagogia de Paulo Freire em conjunto com os movimentos sociais (STRELHOW, 2010)

Com o final da ditadura de Vargas o país viveu uma ebulição política e a sociedade passou por grandes crises. Os analfabetos adultos sofriam muitas críticas, então a educação ganha destaque e força devido à luta por uma educação para todos. Foi a partir deste ponto que a educação de adultos mostrou o seu valor, através de campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo de 1946 a 1958 (CAVALCANTI; MOURA, 2010).

Durante o militarismo os programas responsáveis pelas transformações sociais foram interrompidos e apreendidos materiais, detenção e exílio de seus dirigentes. Nessa época se retoma a educação como uma forma de oprimir as pessoas (ANJOS, 2007).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi realizado de 1967 até 1985, durante o regime militar. A ditadura militar visava o controle da alfabetização da população, responsabilizando os mesmos por sua falta de escolaridade e pela situação de subdesenvolvimento do Brasil. O interesse era somente que o indivíduo soubesse ler e escrever, sem desenvolver a criticidade do ser. Assim, surge o recrutamento de alfabetizadores sem muitas exigências, sendo um descaso com o saber docente, qualquer pessoa que soubesse ler e escrever poderia alfabetizar (GALVÃO; SOARES, 2004).

Em 1985 o MOBRAL foi extinto e foi criado a Fundação Educar, que desempenhou um papel relevante na atuação do Ministério da Educação. O seu papel seria supervisionar e acompanhar junto às constituições e secretarias o investimento de recursos realmente destinados para a execução de seus programas (STRELHOW, 2010).

Nos anos 90 durante o governo Collor a Fundação Educar foi extinta não sendo criado nenhum novo projeto em seu lugar. A partir deste momento o Estado não desenvolveu mais nenhuma atividade que visasse o estabelecimento e a realização de projetos de alfabetização.

Em 2002 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e das ações de continuidade da EJA. Mas somente em janeiro de 2003 que o MEC deliberou que a EJA era

responsabilidade do Governo Federal e que essa modalidade de ensino deve ocorrer por meio do Programa Brasil Alfabetizado (CAVALCANTI; MOURA, 2010).

A EJA é uma modalidade de ensino de educação básica, que tem a função de romper com as limitações causadas pela falta de instrução dos educandos. Assim, essa modalidade de ensino gera oportunidades para aqueles que de algum modo tiveram que abandonar a escola. Isso proporciona a emancipação e a transformação de incluir estes alunos cujas oportunidades foram retiradas.

Mas a EJA é muito mais do que a recuperação de um tempo de escolarização perdido, ela é uma subdivisão do sistema educacional que tem por objetivo fazer desta escola um lugar de reconhecimento, convivência de satisfação para que os alunos permaneçam neste ambiente e não somente o empilhamento de conteúdos, sem contexto com a vida destes alunos, porque estes já trazem o saber do cotidiano (CORTADA; DIAS, 2009).

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000), essa modalidade de ensino deve desempenhar três funções:

Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade –, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Mas não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos.

Função equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos tendo em vista maior igualdade, dentro de situações específicas. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos.

Conforme artigo 37: da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). Essa definição da EJA nos esclarece o potencial de educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui.

A LDB afirma ainda no seu artigo 37

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades

educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996).

No artigo 38 a LDB preconiza ainda que “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular” (BRASIL, 1996).

Os alunos que procuram a EJA têm vários motivos, exigências econômicas e competitividade no mercado de trabalho, exigência no emprego interesse em cursar uma faculdade, fazer um curso técnico, tem aqueles que retornam por satisfação pessoal, a conquista de um direito, e a sensação de vencer, elevação da auto-estima. Desta forma, “o principal objetivo da EJA é de auxiliar cada indivíduo a se tornar tudo aquilo que ele tem capacidade para ser” (SILVA, 2009).

A EJA mostra que a educação é um instrumento que permite mudança na vida de todas as pessoas, independentemente da idade ou classe social. Estudar pode não resolver todos os problemas sociais, nem acabar com a injustiça social, mas é o meio pelo qual a pessoa pode reescrever sua própria história. A educação é algo que não pode ser comprado ou vendido é algo apreendido por cada indivíduo.

“Com todos os preconceitos que a modalidade de ensino EJA sofre é inegável o benefício que essa modalidade de ensino tem prestado às pessoas que não puderam estudar na época apropriada” (LOPES, SOUZA, 2007).

Esta modalidade tem o compromisso com a formação humana destes alunos que já foram excluídos da unidade escolar fazendo com que os mesmos aprimorem sua consciência crítica. O papel fundamental da EJA é fazer com que os seus alunos se tornem cidadãos ativos, críticos, criativos e democráticos. A EJA representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas culturas construídas cotidianamente.

A EJA atende na grande totalidade de suas salas de aula no Brasil, jovens com idade entre 15 a 18 anos de idade. Uma grande parte desses jovens são infratores ou aqueles que largaram os estudos cedo para poderem trabalhar (CAVALCANTI; MOURA, 2010). É comum a presença de pessoas de periferia, mas existem alunos idosos que depois de anos afastados da escola retornam, ou ainda aqueles que nunca entraram em uma escola.

A diferença de idade e vivências estariam em desnível com a escola regular e como se esses alunos não tivessem outra escolha a não ser retornarem a EJA, pois é um sistema de ensino preparado essencialmente a essa demanda da sociedade que esteve fora da escola por muito tempo. Todas as pessoas que não concluíram o ensino fundamental com idade acima de 15 anos são convidadas pelo governo a participarem deste Programa de Ensino a EJA (CAVALCANTI; MOURA, 2010).

“O adulto, para a EJA, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo... E o jovem, relativamente recentemente incorporado ao território da antiga educação de adultos, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extra-curriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa bio-psicológica da vida”(OLIVEIRA, 1999).

Os alunos da EJA são homens e mulheres que voltam a estudar para melhoria de seus salários em busca do primeiro emprego, são pais, mães e filhos, são empregados/as e desempregados/as moradores do meio rural, urbano e periferias, favelas e reclusos. Esses que ficaram afastados do ensino por algum tempo retornam objetivando a satisfação de reviver na escola o que a eles era limitado a Educação e a cultura letrada (OLIVEIRA, 1999).

Jovens e Adultos que retornam à escola chegam guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. São sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar que este convive.

Mas temos que pensar se realmente estes alunos irão encontrar estes objetivos dentro da EJA, porque a educação básica deveria propiciar aos alunos condições de crescimento real dentro da sociedade através de trabalho e do exercício de cidadania que estes se encontram. A EJA precisa mudar, construir estratégias de escolarização para a produção de oportunidades concretas, influenciando as políticas públicas destinadas especificamente aos educandos (ANJOS, 2007).

Lidar com as especificidades da EJA não é fácil, mas também é uma falta de interesse em saber sobre o assunto tanto do corpo docente, como todo corpo de profissionais que atuam neste campo da EJA. Quando falamos em especificidades também estamos falando de dificuldades destes alunos quanto a presença em sala de aula, são diversos os fatores que os afastam, as dificuldades de conciliar trabalho, família e escola. E quanto à educação EJA, que

serve para facilitar a presença destes indivíduos no vínculo escolar, acaba perdendo os mesmos para o serviço informal.

Tem certas propagandas que submetem informação às vezes pouco duvidosa ou até “mentirosa”, exemplo, houve aumento de emprego, mas não deixam claro que estes empregos não fazem exigência alguma quanto à qualificação dos profissionais e muito menos a escolaridade desses indivíduos. Assim há um crescimento no emprego, mas o informal, sendo que este empregado não vai ter garantia nenhuma quanto a sua situação futura porque hoje ele esta empregado amanhã este não sabe. Sendo assim as especificidades também trazem um obstáculo conciliar trabalho e estudo. O aluno fica entre estudar para um futuro e outra é prepara-se para sobreviver em um presente que lhe exige trabalhar, sem horizontes de futuro (ARROYO, 2007).

Diante deste contexto, o professor que trabalha com a Educação de Jovens e Adultos tem um importante papel no processo educacional desses alunos, além de um grande desafio.

A formação dos professores que atuam na EJA deve ser algo evidenciado e valorizado. Hoje se sabe que não se faz grandes exigências quanto à formação dos professores que atuam nesta modalidade, quando se deveria realmente exigir no mínimo Cursos de Capacitação nesta modalidade de Ensino, que requer que os professores que trabalhem na EJA considerem a bagagem de experiências e conhecimento que seu aluno possui, para transformar informações já adquiridas por esse aluno em conhecimento útil (BORGH, 2007).

Pode-se dizer que a qualificação docente do professor da EJA deve incluir além das exigências formativas para todo e qualquer professor aquelas relativas às características que diferenciam esta modalidade de ensino. Os cursos de Capacitação para a formação inicial e continuada não devem ser vistas como uma despesa financeira e sim com uma aplicação de investimentos que trará benefícios extensivos a todos os segmentos da sociedade (BEDOYA, TEIXEIRA, 2008).

3.2 PROEJA

O Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) visa oferecer cursos profissionalizantes que integrem a educação básica de jovens e adultos a formação profissional.

O PROEJA surgiu com o compromisso de enfrentar as discontinuidades e voluntarismo que marcam a modalidade da EJA no Brasil, tendo por prioridade que os alunos concluam a educação básica e tenham uma formação profissional sendo esta de qualidade e

relevância socioeconômica para que estes alunos do PROEJA tenham o acesso ao universo de saberes e conhecimento científicos e tecnológicos (MOURA, 2006).

O PROEJA teve suas bases lançadas durante o governo Lula no campo da Engenharia e Pesquisas Tecnológicas. O Decreto nº 5.154/04 revogou o Decreto nº 2.208/97, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, separando radical e formalmente o ensino médio e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Enquanto isso, o primeiro Decreto nº 5.154/04 permitiu a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio garantido a formação integral dos cidadãos (CARDOSO et al., 2010).

O Decreto nº 5.154/04 regulamentou alguns artigos estabelecidos pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quanto à formação profissional/tecnológica. O mesmo determina que a educação profissional seja desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (CARNIEL, 2009).

No dia 24 de junho de 2005, O Decreto nº 5.478/05 institui, no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), objeto de críticas numerosas, sobretudo por parte da maioria dos CEFETS's, que até então não ofereciam Modalidade de Jovens e Adultos. Este decreto definiu que o PROEJA deve abranger cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio (COAN, 2008).

Brasil (2007b) destaca que

[...] poderão adotar cursos, no âmbito do PROEJA, instituições públicas dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais, entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades vinculadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Os Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no PROEJA, possuem a carga horária máxima de 1.600 horas, sendo 1.200 horas destinadas para a formação geral e 200 horas, no mínimo, voltadas para a formação profissional. Para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, a carga horária máxima é de 2.400 horas, assegurando-se cumulativamente a destinação de 1.200 horas, no mínimo, para a formação geral e uma carga

horária mínima estabelecida, para a respectiva habilitação profissional técnica (CARNIEL, 2009).

O Decreto nº 5.478/05, em 13 de junho de 2006 é substituído pelo Decreto nº 5.840/06, apresentando o seu novo título sendo chamado de Programa Nacional de Integração Da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, o qual regulamenta o PROEJA na Rede Federal de Educação Básica. A primeira versão garantia a certificação profissional na modalidade EJA para o Ensino Médio, delimitando o Ensino Fundamental, assim sendo ampliada para os trabalhadores com formação do Ensino Fundamental, denominada de Formação Inicial Continuada (FIC) (COAN, 2008).

No Decreto nº 5.840/06, no artigo 2º, obriga as instituições federais de educação tecnológica a implantarem cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007. Com a criação do PROEJA, algumas Instituições e estudiosos da temática indicam “a necessidade de ampliar seus limites, tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas” (BRASIL, 2007a, p. 12). É no intuito de responder a essas demandas que o Governo Federal promulga o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, em substituição ao Decreto nº 5.478/2005, estabelecendo inúmeras alterações no programa,

[...] entre elas a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2007, p. 12).

Os cursos e programas do PROEJA devem considerar características dos jovens e adultos, atendidos podendo ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, elevando o nível de escolaridade do trabalhador (CARNIEL, 2009).

O PROEJA, enquanto políticas públicas, tenta suprir com a qualificação profissional tantos desempregos, sendo esta adequada pára os alunos jovens e adultos sendo eles do meio rural ou urbano tem que propor qualificação através desses meios em que ele convive assim a opção de curso para este aluno fica mais coerente. Porque ele realmente fará um curso profissionalizante já sabendo onde ele pode atuar em sua profissão escolhida. Neste ambiente se constrói um cidadão qualificado para se manter no mercado de trabalho e não para o mercado de trabalho.

O objetivo do PROEJA é proporcionar “a elevação do nível de escolaridade do trabalhador” (BRASIL, 2006a), considerando as características dos jovens e adultos, podendo-se articular a Educação Profissional ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio. Ou seja, objetiva atender à demanda de jovens e adultos por educação básica e profissional por meio da elevação de escolaridade, profissionalização, continuidade de estudos e maior inserção na vida social e no mundo do trabalho (COAN, 2008).

Segundo (HOTZ, 2008) as funções do PROEJA são as de reparadora, equalizadora e qualificadora estas funções pretendem responder às necessidades econômicas e sociais advindas da organização do sistema capitalista.

O aluno do PROEJA é apreendido como sujeito que busca uma formação de qualidade e gratuita, possibilitando inserção no mercado de trabalho e continuidade nos estudos. Ser escolarizado é condição básica para participar da sociedade com relativa independência e autonomia, o que implica, entre outras coisas, a possibilidade de empregar-se, de usufruir os benefícios da sociedade industrial e de manter o acesso aos variados bens culturais. Outra forte razão para a procura de programas de ampliação de escolaridade é à busca do reconhecimento social e da afirmação da auto-estima (NASCIMENTO; TAVARES, 2008).

Como supracitado, o mercado de trabalho se torna o centro da escolha do curso técnico, para maioria desses alunos, os estudos são considerados uma forma de qualificação profissional e aumento de capital cultural por meio da obtenção do diploma. O aluno deverá ser um cidadão responsável e crítico apto a desempenhar sua profissão.

Neste sentido o professor tem um papel muito importante na formação dos indivíduos que frequentam o PROEJA. É inteiramente importante que a práxis educativa do professor do PROEJA, esteja voltada para valorização dos conhecimentos e habilidades dos estudantes de forma que compreendam a utilidade do estudo em sua vida, através das atividades ligadas ao seu cotidiano. Os conhecimentos prévios dos estudantes com os conhecimentos disseminados pela escola são importantíssimos na perspectiva da formação de um cidadão crítico e reflexivo, capaz de atuar no mundo em busca de uma sociedade mais igualitária (PEREIRA, 2010).

Os professores devem ter um olhar diferenciado para o PROEJA, uma vez que esses alunos possuem experiências que deverão ser a base para o processo de ensino aprendizagem. O educador deve estar atento as reais necessidades que o aluno traz consigo quando chega ao âmbito escolar. Ao perceber as demandas do educando do PROEJA, abrem-se oportunidades de contato e de realização de projetos que atendam a interesses, necessidades e demandas desses alunos. É imprescindível incorporar tais aspirações e expectativas à atividade

pedagógica para que a escola se torne um lugar democrático e de possibilidades (FRANCO, SILVA, 2008).

3.3 A EJA no sistema prisional

A prisão surgiu no fim do Século XVIII e princípio do Século XIX. A prisão servia apenas como um local de contenção de pessoas, ou seja, uma detenção, não havendo qualquer forma de trabalho, ensino religioso ou laico. Nesta situação, não existia nenhuma proposta de requalificar e reconduzir os presos para a sociedade. Isto começou a acontecer com o início de programas de tratamento dentro das prisões (SANTOS, 2005).

Há uma conhecida frase de Nelson Mandela que diz “ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado em suas prisões”. “Uma nação” prossegue o ex-líder sul-africano, cuja militância política também tem no cárcere um de seus momentos mais marcantes, “não deveria ser julgada pela forma como trata os seus cidadãos das classes mais elevadas, mas os das menos elevadas” (UNESCO, 2006).

Com a detenção dos indivíduos pensou-se que se resolveriam os problemas da sociedade e deles mesmos. Pensou-se que estes indivíduos enclausurados voltariam à sociedade melhores do que entraram para a detenção. A idéia era que estes refizessem suas existências dentro da prisão para depois serem levados de volta à sociedade. Entretanto, percebeu-se o fracasso desse objetivo. Os índices de criminalidade e reincidência dos crimes não diminuíram e os presos em sua maioria não se transformavam. A prisão mostrou-se em sua realidade e em seus efeitos visíveis denunciadas como “grande fracasso da justiça penal” (FOUCAULT, 1987 apud SANTOS, 2005).

Assim, somente nos anos 50 com o fracasso do sistema prisional pensa-se em novas estratégias em novos planos, a inserção da educação no sistema prisional. Para Foucault (1987 apud SANTOS, 2005) diz que “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”.

A Educação prisional acontece através de um projeto com o Ministério da Justiça (MJ) junto ao Ministério da Educação (MEC). No início de 2005 foi instituído um Grupo de Trabalho para a discussão de estratégias de fortalecimento da oferta de educação básica nos estabelecimentos penais do país. A proposta encontrou boa ressonância, já que o Ministério da Educação decidiu incrementar na sua pauta as temáticas da diversidade e inclusão social, enquadrando-as nos programas geridos pela SECAD (Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade). O alcance da população prisional chegou a ser colocado pela SECAD/MEC, aliás, como uma espécie de “fiel da balança” no atestar desta disposição inclusiva que sustentava a criação da referida Secretaria (UNESCO, 2006).

Desta forma, concluiu-se que a modalidade EJA seria a mais adequada a este tipo de alunos. Uma vez que se enquadram no perfil dos alunos da EJA, não quanto à privação de liberdade o por terem cometido crimes de todos os tipos, mas sim pela faixa etária e o nível de escolaridade baixo que faz com que esta modalidade seja a, mas relevante para estes alunos privados de liberdade.

A escola no sistema prisional é um espaço fundamental para o resgate e valorização do indivíduo, para a troca de saberes, para fortalecer vínculos coletivos (MELLO; MOREIRA, 2009). Não pode ser vista apenas como medida humanitária porque é um direito. É desejável que haja uma educação formal e regular nas prisões com a mesma qualidade da educação oferecida para a população em geral (SCARFÓ, 2008). Entretanto, em geral, existem ações educativas dispersas feitas por voluntários, que não garantem uma oferta regular de ensino. Não que estas tenham menos valor, mas esta não atinge a importância de um histórico escolar e sua formação reconhecida em qualquer âmbito escolar que este recluso possa vir a estudar depois de liberto (CALVACANTI, 2010).

A educação prisional se torna difícil porque esta é subordinada às regras do presídio, o que dificulta e restringe as ações educativas. Os reclusos têm horários para cumprir dentro da Unidade Prisional deveres quanto a horário para o pátio, horário para as refeições entre outros. A educação prisional é algo de muita importância para os reclusos, porque estes momentos em que o recluso está em sala de aula é que ele se sente novamente um ser participante, com possibilidade de melhoria da qualidade de vida e elevação da auto-estima possibilita o conhecimento sobre outros direitos. Porque quando preso simplesmente é esquecido em um sistema pela sociedade que não intervém para a melhoria deste indivíduo para que o mesmo não volte a cometer atos “criminais”.

O sistema penitenciário necessita de uma educação que se preocupe prioritariamente em desenvolver a capacidade crítica e criadora do educando, capaz de alertá-lo para as possibilidades de escolhas e a importância dessas escolhas para a sua vida e conseqüentemente a do seu grupo social. Isso só é possível através de uma ação pertinente para que o educando firme um compromisso de mudança com sua história no mundo. Assim se tornando um indivíduo comprometido com ele e com aqueles que o cercam (SANTOS, 2005).

4 METODOLOGIA

A pesquisa apresentada foi iniciada primeiramente pela escolha do tema, seguido pela revisão da literatura em livros, artigos, sites e Leis. A mesma se caracteriza por ser um estudo de campo exploratório, com uma amostragem não probabilística do tipo quantitativo.

A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (SILVA; MENEZES, 2001). A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2002). É uma das modalidades de estudo de caso

Os dados foram coletados junto aos alunos da educação de jovens e adultos de nível médio do Presídio Regional de Araranguá (SC). Para tanto, foram seguidos os seguintes passos: (a) apresentação do aplicador e exposição dos objetivos da pesquisa; (b) reiteração sobre o anonimato dos participantes e a confidencialidade de suas respostas; (c) informação sobre a livre deliberação de cada um em responder; e, por fim, (d) instruções específicas sobre a forma de responder aos questionários.

4.1 Presídio regional de Araranguá – breve histórico

O Presídio Regional de Araranguá foi fundado no dia 31 de outubro de 1990. O Presídio Regional foi constituído em sua fundação com capacidade para abrigar 44 detentos em 22 celas. Hoje, após novas adaptações e construções a capacidade total seria para 128 detentos, porém abriga 310 apenados entre homens e mulheres com idade entre 18 e 75 anos.

O Presídio Regional é uma instituição penal administrada pela estrutura do Governo do estado de Santa Catarina. Localiza-se na Rua Renato Carbonera, nº 500, bairro Polícia Rodoviária no município de Araranguá. O órgão é vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SSP/SC e subordinado ao Departamento de Administração Prisional – DEAP.

Entre os objetivos centrais do Presídio Regional, está o caráter punitivo, que visa, através das penas restritivas de liberdade, a punição de infratores das normas legais que regem a convivência social entre os indivíduos. O outro aspecto, estes de interesse social, caracteriza-se por ações ressocializantes que objetivam proporcionar as condições para a reinserção social dos detentos após o cumprimento de suas penas e a eventual saída do Presídio.

Desde o ano de 2010, o Presídio Regional desenvolve algumas atividades sociais que envolvem os detentos, tais como:

- aulas de ensino fundamental e médio, desenvolvidas através da EJA;
- palestra mensal com o AAA (Associação de Alcoólicos Anônimos);
- acompanhamento periódico dos detentos por grupos evangélicos e católicos;
- parceria em prestação de serviços com o Conselho Tutelar Prefeitura Municipal de Araranguá, hospitais, Centro de Apoio Psicossocial – CAPS;
- seminários, conferências, palestras;
- festividades em datas comemorativas como Natal, Dia das Crianças, etc.;
- parceria com empresas privadas para a confecção de grampos de roupas;
- e atualmente, recém inaugurada, a ala/clínica para dependentes químicos, com o intuito de ajudá-los na desintoxicação, para quando voltarem a sociedade, possam ter uma melhor qualidade de vida.

O Presídio Regional de Araranguá também recebe o apoio do Conselho da Comunidade para a assistência aos familiares dos detentos que não recebem auxílio reclusão.

No ano de 2010 foi montada uma biblioteca para o uso dos detentos. A biblioteca foi implantada através do Programa Arca das Letras, um programa do Governo Federal. Hoje o acervo conta com 546 livros catalogados. Além dos livros ganhos no Programa, há também os livros que chegaram através de doações feitas pela sociedade e pela família dos detentos. A Biblioteca não fica na sala de aula por uma questão de segurança, o acervo encontra-se na sala de Assistência Social e Psicológica, sendo que a prioridade é dada aos reeducandos, mas nada impede que funcionários e os demais detentos utilizem dos livros que fazem parte do acervo.

Os livros mais procurados pelos detentos são os de auto-ajuda, os religiosos e os de poesia, dificilmente ocorre o extravio de livros, mesmo quando o detento sai da reclusão, faz questão de devolvê-lo para que não prejudique o acervo e possa servir aos demais detentos.

A “escola” como a “biblioteca” dentro do sistema carcerário, representa para o reeducandos/detentos, uma oportunidade de poder mudar, de repensar o que deseja para seu futuro quando sair da reclusão, também se sentem felizes por saber que há pessoas que se importam com eles sem discriminação por estarem ali, privados de liberdade, pessoas estas que querem ajudá-los a ter uma vida melhor.

4.2 A pesquisa

Participaram da presente pesquisa 20 alunos do ensino médio do Presídio Regional de Araranguá (SC) que estudam na modalidade EJA. Dentre estes, 65% pertencem ao gênero masculino, com idade média de 28,5%, variando entre 20 e 47 anos, sendo a maioria casada (55%).

A seleção dos alunos aos quais os questionários foram aplicados foi intencional, a partir da acessibilidade aos participantes e sua disponibilidade, ou seja, ser aluno do ensino médio do Presídio Regional de Araranguá (SC) da modalidade EJA.

Como instrumento de pesquisa escolhemos utilizar um questionário (ANEXO A), que foi elaborado de maneira a auxiliar a coleta de dados relativos à pesquisa. Cervo e Bervian (2002) consideram que o questionário, muito utilizado em pesquisas na Educação, é a técnica de coleta de dados mais eficiente, pois possibilita medir com melhor precisão o que se deseja, além de ter como vantagem a coleta de informações mais reais.

O questionário é composto por nove perguntas fechadas, onde as três primeiras questionam sobre a situação social do aluno, as duas questões seguintes os indagam sobre a profissão e as três últimas os questionam sobre o PROEJA e a importância de se fazer a EJA concomitante a um curso profissionalizante.

A análise das respostas obtidas para as questões objetivas foi realizada por meio de um padrão de contagem e aplicação de percentual, sendo os resultados apresentados em forma de gráficos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Questionamos os alunos sobre a importância de o indivíduo apresentar uma formação profissional. Todos os entrevistados concordam que possuir uma formação profissional é importante para o indivíduo (Fig. 1).

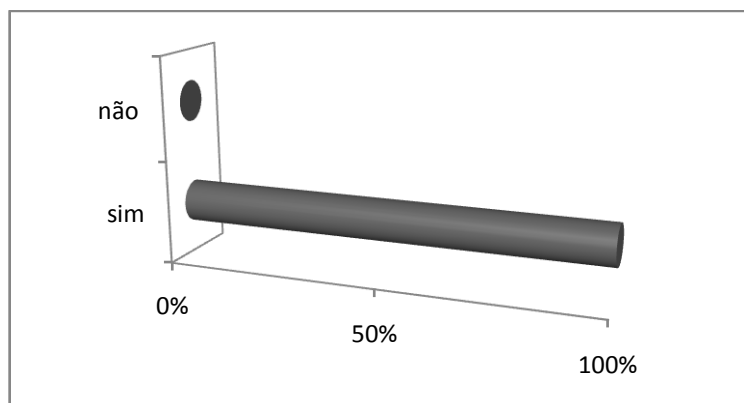


Figura 1 – Importância de o indivíduo apresentar uma formação profissional na visão dos alunos.

Para Gonçalves et al (1998) a formação profissional é muito importante, uma vez que ela apresenta uma papel decisivo para que o indivíduo se adeqüe ao mercado de trabalho. Isso ocorre devido ao fato da formação profissional garantir conhecimentos necessários que garantem a adaptação ao mundo de constante mudança.

Mas se sabe que esta não é uma realidade dentro do sistema prisional, pois há defasagem quanto à escolarização profissional destes indivíduos, já não se consegue garantir curso profissionalizante para os mesmos.

Isso se deve ao fato de ter se acreditado que somente a detenção proporcionaria transformação aos indivíduos enclausurados. Mas os resultados comprovam que a grande maioria da população prisional retorna ao sistema. Com a escolaridade baixa sem profissão e rotulados como ex-presidiários tudo fica mais difícil.

Dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informam que o Brasil tem a terceira maior população carcerária de todo o mundo, ficando somente abaixo do segundo que seria a China e dos Estados Unidos que fica em primeiro. Isso faz com que se pense o que realmente está acontecendo para que estes detentos(as), retornam tanto ao sistema prisional. Será que estão faltando oportunidades?

Quando perguntamos aos alunos se a qualificação profissional é um fator importante para o sujeito viver em sociedade, a grande maioria respondeu que sim. Assim, percebemos que os educandos têm a noção de que a realização de um curso profissionalizante facilita a inclusão social deles em sociedade (Fig.2).

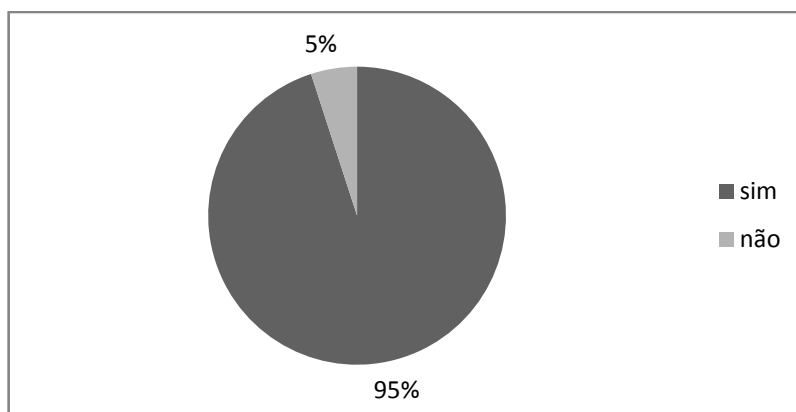


Figura 2 – Importância da qualificação profissional para que o indivíduo viva em sociedade na visão dos alunos.

Sobre a exclusão social Moura (1998 apud MAIA, 2003) faz um comentário interessante, quando salienta que “a exclusão social significa o estado do indivíduo que é vedado a participar das condições gerais que a sociedade propicia aos cidadãos. A exclusão social num certo sentido anula a cidadania.”

A baixa qualificação profissional juntamente com a baixa escolaridade está intimamente ligada com a criminalidade, sendo que estas duas estão relacionadas diretamente com questões econômicas e sociais (OLIVEIRA et al., 2008).

Neste sentido, o aumento da inclusão social por meio de uma qualificação profissional de indivíduos em privação de liberdade diminui a reincidência e facilita a ressocialização dos que um dia foram reclusos.

É muito importante que haja o desenvolvimento de ações que visem a qualificação de presos, para que assim eles tenham apontado um caminho de transformação (OLIVIERA et al., 2008). A qualificação profissional oferecida nos sistemas penitenciários pode contribuir com o processo de ressocialização dos presos. Porém, esta qualificação não pode ser realizada de qualquer forma, sem nenhum planejamento e a qualquer custo. Esta qualificação tem que ser algo especial, que os faça refletir e restaurar-se dos estigmas sociais.

Oliveira et al. (2008) destacam que a qualificação profissional é meio pelo qual os detentos podem ter a sua auto-estima recuperada, o respeito a lei desenvolvido, a promoção do desenvolvimento humano e a valorização da cidadania. “Sendo assim, a qualificação

profissional possibilita, além de maiores chances de inclusão no mundo do trabalho, uma auto-referência para ressignificar suas vidas e ampliar suas escolhas”.

Perguntamos também aos alunos se eles apresentavam alguma atividade profissional antes de entrarem no sistema prisional. A grande maioria (70%) afirmou que desempenhavam alguma profissão, no entanto, de maneira informal (Fig. 3).

Dentre as profissões citadas estão a de costureira, bordadeira, comerciante, eletricista, serralheiro, técnico em informática, agricultor, músico e pedreiro.

É muito comum quando esses detentos chegam ao presídio eles não deixarem claro que apresentam alguma profissão quando são entrevistados pelos funcionários da Unidade Prisional. Esta situação pode estar ligada ao fato de apresentarem uma baixa auto-estima, que faz com que escondam a sua atividade profissional.

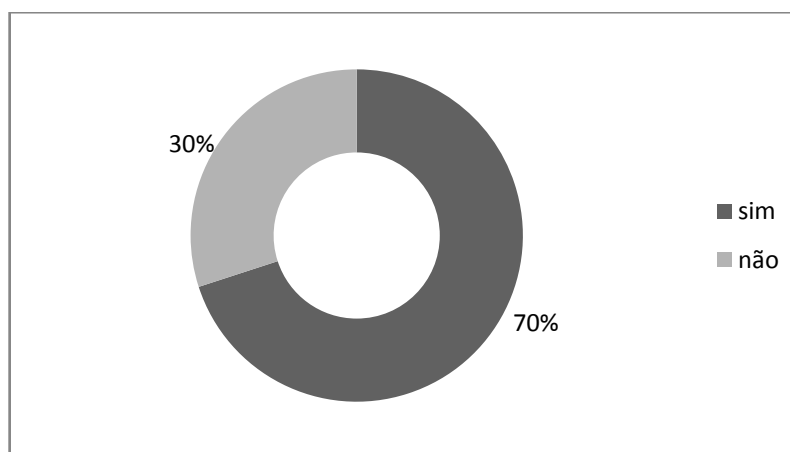


Figura 3 – Existência de uma profissão dos alunos quando estavam em liberdade.

Isso fica claro no momento do preenchimento da ficha de inscrição para estudar, pois quando perguntados sobre a sua atividade profissional muitos riem e afirmam que “penso que sou ladrão, assaltante, traficante, estelionatário, usuário de drogas, mas não um trabalhador”. No entanto, com a convivência em sala de aula percebemos que muitos praticavam alguma profissão, mesmo que informal.

A maioria dos alunos (11) afirmou que já ouviram falar em PROEJA, no entanto não tem bem claro o que isso significa e os benefícios que este pode proporcionar em suas vidas.

O PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) é algo recente no cenário educacional brasileiro. Ele foi instituído pelo governo federal em junho de 2005, através do Decreto nº 5.478, sendo este substituído em 13 de julho 2006 pelo Decreto nº 5.840, onde

trouxo algumas alterações de ordem curricular e de implantação (HYPOLITO, et al., 2009; CAMPOS, 2009).

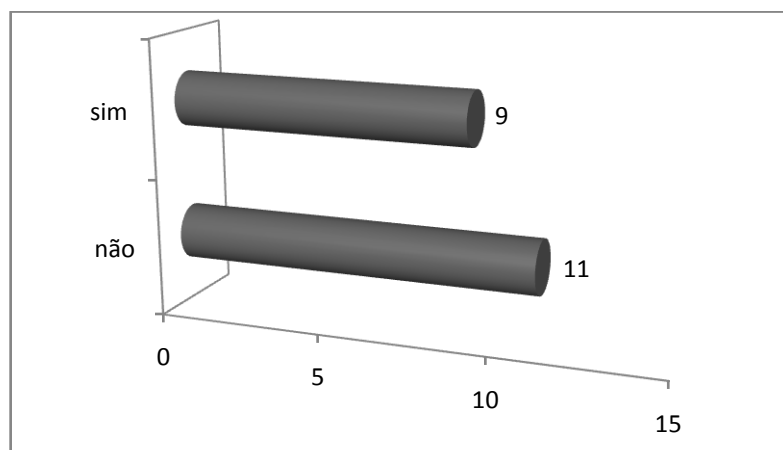


Figura 4 – Alunos que já ouviram falar do PROEJA.

O referido programa visa oferecer oportunidades educacionais que integrem a educação básica a uma formação profissional (MOURA, 2006), tendo como objetivo atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, para que o aluno a partir da inclusão no mercado de trabalho possa modificar sua leitura de mundo e sua participação nos processos sociais (MACHADO, 2006; CARDOSO et al., 2010; PEREIRA et al., 2010). Além disso, o mesmo ainda garante a ampliação dos espaços públicos da educação profissional para adultos, o que contribui para a universalização da educação básica.

Esse programa propõe garantir a (re)inserção, no sistema educacional, de jovens e adultos que não concluíram ou não tiveram acesso às redes escolares de educação básica e profissionalizante em sua faixa etária regular (HYPOLITO et al., 2009). Desta forma, o PROEJA constitui uma oportunidade de profissionalização de indivíduos que ainda não possuem a educação básica e que estão em privação de liberdade.

Os familiares e os professores da Unidade de ensino a qual os detentos fazem parte são o principal meio pelo qual eles ficam sabendo sobre o PROEJA. No entanto, alguns nunca ouviram falar e nem sabe de seu grande potencial frente às essas questões de baixa escolaridade e falta de uma profissão formal.

Perguntamos aos alunos se eles teriam interesse em realizar um curso profissionalizante na modalidade de PROEJA. Todos foram unânimes ao responder que têm interesse na realização do referido curso (Fig. 5).

Em estudo similar desenvolvido por Silveira (2009) com detentos do Rio Grande do Sul os pesquisados apresentaram interesse em realizar um curso PROEJA na modalidade de formação inicial e continuada.

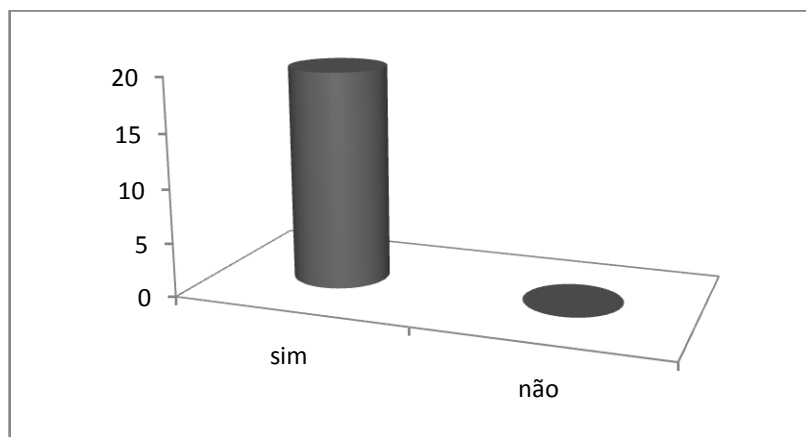


Figura 5 – Interesse dos reclusos em fazer um curso profissionalizante concomitante com a EJA .

Este é um ponto relevante, pois demonstra o interesse deles em se qualificar profissionalmente, para que assim possam ter oportunidades de mudar perante a sociedade. Essa formação poderá contribuir para que tenham um melhor reconhecimento de toda a família e para que possam estar aptos a voltar para a sociedade com uma profissão.

A educação de jovens e adultos é a modalidade de ensino na qual os detentos estudam no sistema prisional. A LDB, assim como a Constituição, preconizam que todos os indivíduos, incluindo os em privação de liberdade, têm direito em educação.

A EJA tem um papel muito importante na vida dos educandos, uma vez que ela garante a recuperação de um tempo escolar perdido. Esta modalidade de ensino cumpre um papel muito importante para os seus educandos, pois por meio dela muitos recuperam a auto estima outrora perdida e uma condição social que não possuíam.

A EJA tem contribuído muito com estes jovens e adultos, mas precisamos de muito mais empenho por parte do Estado e toda a população com a educação desses detentos. Muitas vezes a EJA por si só não garante a melhora na condição de vida dos educandos, principalmente para aqueles que se encontram em privação de liberdade e que um dia terão que ser reinseridos na sociedade.

De acordo com os estudos de Pochmann (2004), a formação escolar não constitui garantia de ingresso no mundo do trabalho e nem tampouco condições de independência.

Neste contexto, o PROEJA cumpre um papel muito importante, pois além de oferecer a educação básica para aqueles que não a possuem, garante também a profissionalização dos

indivíduos. Essa profissionalização poderá facilitar a ressocialização de pessoas que estiveram um dia na prisão.

Quando pedimos para que os alunos escolhessem um curso que desejam fazer na modalidade de PROEJA, sete alunos afirmaram que tinham vontade de realizar um curso na área de informática, outros sete em eletromecânica, três em panificação, um em moda, um em soldador e um na área de construção civil.

Em estudo realizado por Maia et al. (2009) verificaram que em uma população carcerária do estado do Piauí a maioria dos detentos (95%) costumam abandonar os cursos de EJA para participar da educação profissionalizante. Assim, podemos concluir que a saída para superar essa situação seria a implantação de cursos como o PROEJA, que visam formação básica integrada com a profissional.

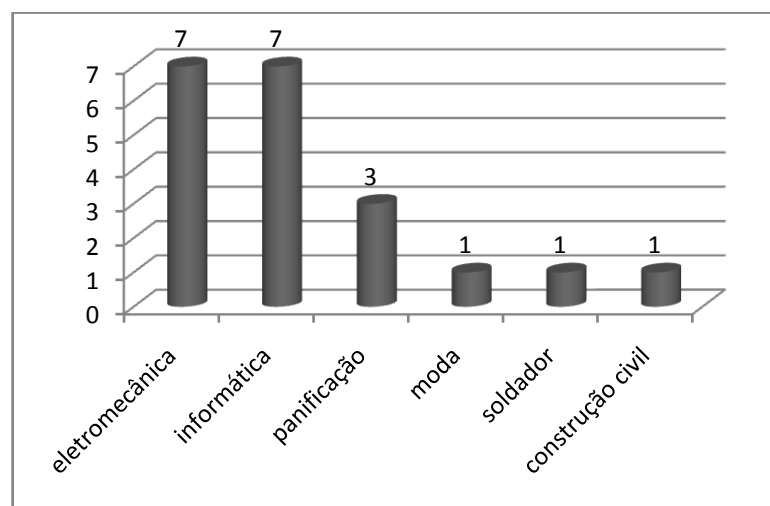


Figura 6 – Curso na modalidade de PROEJA que os alunos teriam interesse em realizar.

Os presos representam uma parcela social que muitas vezes estão fora da atividade econômica da sociedade. Geralmente são jovens, com baixas condições financeiras e com um grau muito baixo de escolaridade. Assim, acredita-se que a grande maioria não tem ensino básico completo (JULIÃO, 2007; TEIXEIRA, 2007).

A população carcerária do Brasil por ser muito jovem é representada por indivíduos em idade produtiva, ou seja, que poderia estar inserida no mercado de trabalho, gerando benefícios a sociedade. Desta forma, é extremamente necessário que sejam tomadas providencias para a reinserção destes indivíduos no mercado de trabalho por meio de cursos profissionalizantes que facilitariam esta situação.

Uma das maneiras de possibilitar a profissionalização desses indivíduos seria o de conhecer a sua realidade. Contudo, tradicionalmente não há um constante acompanhamento da situação da população encarcerada no Brasil, o que impossibilita, muitas vezes, o diagnóstico dos problemas a serem combatidos e, ainda, quais são as estratégias de intervenção mais adequadas. Os resultados do último Censo Penitenciário Nacional datam de 1997, ou seja, as informações detalhadas sobre o perfil da população prisional, que são essenciais para nortear a construção de políticas públicas na área, estão bastante defasadas.

Podemos salientar que os cursos profissionalizantes seriam algo inovador para o sistema prisional e de grande importância para estes reclusos. Hoje o sistema prisional não qualifica o preso para o mercado de trabalho formal. E isso acarreta diversos problemas para o próprio estabelecimento prisional como por exemplo a super lotação do cárcere privado.

Ademais, o fenômeno da globalização econômica das últimas décadas concorre para agravar a injustiça social. Santos (2002) salienta que “a nova pobreza globalizada não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias e da minimização dos custos salariais à escala mundial”.

Nesta direção, profissionalização desses presos por meio de cursos PROEJA poderia ser uma perspectiva de trabalho após a saída do sistema penitenciário, que facilitaria a ressocialização destes indivíduos. O trabalho é uma fonte inquestionável de equilíbrio na nossa sociedade, além de servir como um agente ressocializador (OLIVEIRA et al., 2008).

Passos (2009) argumenta que a implantação de cursos PROEJA em sistemas prisionais devem buscar ver esses educandos na sua totalidade, para que assim seja possível amenizar os processos de desumanização a quais foram expostos. Ele afirma ainda que essa modalidade de ensino pode facilitar a busca por uma significação para as questões de escolarização e inserção no mundo do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em educação dentro de um sistema prisional não é nada fácil, quando tem que unir-se a segurança duas diretrizes que tem o mesmo objetivo que é a ressocialização do recluso, mas se divergem. Por isso a importância da inclusão do curso PROEJA dentro deste sistema, onde é difícil conceber que um espaço de punição possa promover a educação e trabalho.

Grande parte da sociedade pensa na prisão somente como punição para aqueles que cometeram crimes, como se este sistema tivesse um único foco que é penalizar através da privação de liberdade. A sociedade se sente atendida com estes indivíduos presos, mas esquecem que eles muitas vezes estão presos temporariamente e voltarão a esta na mesma sociedade que os exclui.

Quando falamos em educação e trabalho pensamos que este é o melhor caminho para a redução da criminalidade, pois seria a oportunidade destes reclusos terem uma nova chance em sua vida a aprimorarem conhecimentos educacionais concomitantes a um curso profissionalizante.

Isso faz que nos deparemos com o atual desafio do sistema prisional, que é fazer com que estes privados de liberdade voltem a conviver em sociedade objetivando a vivência na mesma sem que este retorne ao cárcere. Sendo assim, a melhor efetivação para este processo seria uma formação profissional para estes indivíduos visando reduzir as taxas de reincidência e superlotação da massa carcerária.

Mas não podemos esquecer que a implantação de um curso PROEJA em um presídio apresenta particularidades que precisam ser respeitadas. No presídio existem regras internas e com a superlotação muitas “atividades” acontecem quase que no mesmo instante. Professores, advogados, audiências, visitas acompanhadas, atendimento com assistente social, psicóloga, atividades religiosas, detentos que ficam doentes, aqueles que já têm consulta marcada e revista de compras são alguns dos acontecimentos que devem conviver com o ensino nesse ambiente.

Enfrentamos outra preocupação quanto à formação destes reclusos, é o fato de não termos como garantir a permanência destes em sala de aula até o final do curso, pois o sistema prisional acontece em função da troca de regime ao qual o apenado é submetido, assim em um momento pode estar na unidade prisional e em outro não.

Assim, a modalidade EJA vem demonstrando que pensar em educação nas prisões como política pública consolidada é, talvez, a única maneira de se iniciar o processo de desconstrução da criminalidade, rumo à construção de seres humanos mais justos.

Dentro desta realidade, observa-se uma necessidade emergente do curso profissionalizante junto a EJA no sistema prisional, para que estes reclusos possam ter uma condição apropriada para viver longe da marginalidade, isso poderá ser proporcionado através do PROEJA. Para a inclusão dos alunos do PROEJA nesta realidade que segundo o Documento Base, se impõe, faz-se necessária qualificação para além de uma formação profissional técnica, pretendendo:

[...] a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL, 2007a, p. 17)

A implantação do PROEJA no sistema prisional do Presídio Regional de Araranguá, poderia ser um saída para a tentativa de redução e erradicação das desigualdades sociais que o sistema prisional traz arraigado em seu contexto histórico, proporcionando uma mudança a esses indivíduos que não obtiveram em idade adequada uma qualificação digna.

Após a realização desta pesquisa esperamos que ela sirva como um subsídio para a implantação de cursos PROEJA no presídio Regional de Araranguá. Para que assim, possamos oportunizar a estes reclusos uma qualificação profissional que possibilite maior facilidade no processo de ressocialização destes indivíduos.

Essa é uma oportunidade muito esperada por esses alunos, isso ficou comprovado pelos resultados levantados no presente estudo.

7 REFERÊNCIAS

ANJOS, A.G.C. **Educação de jovens e adultos: formação do processo prático-educativo e sua importância no ensino-aprendizagem.** 2007. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos3/educacao-jovens/educacao-jovens2.shtml>>. Acesso em 25 set. de 2011.

ARROYO, M. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **Revej@**, v.1, p.1-18, 2007.

BEDOYA, M.J.A.; TEIXEIRA, R.R.P. Perfil dos professores da Educação de Jovens e Adultos. **ATHENA – Revista Científica de Educação**, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008.

BORGH, I.S.M. Formação de educadores da EJA: inquietações e perspectivas. **Diálogos possíveis**, julho/dezembro 2007.

BRASIL. **Alunos e alunas da EJA.** Ministério da Educação: Brasília, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acessado em: 20 de junho de 2011.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.** Parecer CNE/CEB n.1, de 5 de junho de 2000.

BRASIL. **Documento Base:** Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA – Formação inicial e continuada / ensino fundamental. Ministério da Educação: Brasília, 2007a.

BRASIL. **Documento Base:** Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA – Educação profissional técnica de nível médio / ensino médio. Ministério da Educação: Brasília, 2007b.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acessado em: 15 de maio de 2011.

BRASIL. **Programa de integração da educação profissional técnica de nível médio ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – Documento base.** Ministério da Educação: Brasília, 2006.

CAMPOS, C.A. O desafio do currículo integrado no PROEJA. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2009.

CARDOSO, C.; VERNEQUE, F.; ALMEIDA, D. PROEJA: possibilidades e entraves. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 1, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

CARNIEL, D. **A Educação de Jovens e Adultos num contexto de política pública e a implantação do PROEJA no Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento**

Gonçalves. 2009. 39f. Monografia (Especialização em Educação PROEJA) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2009.

CAVALCANTI, M.M. Estudo da política da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. 2010. Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29585&seo=1>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

CAVALCANTI, M.M.; MOURA, J.P. **Estudo da política da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.** 2010. Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29585&seo=1>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COAN, L.G.W. **A implementação do PROEJA no CEFET-SC: relações entre seus objetivos, os alunos e o currículo de matemática.** 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CORTADA, S.O.; DIAS, E.T.D.M. Educação de Jovens e Adultos: Território de Manifestação de Subjetividades. **Notandum Libro**, n.13, 2009.

FRANCO, R.A.S.R.; SILVA, M.A. Formação docente para o PROEJA. In: SENEPT – SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 1, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2008.

GALVÃO, A.M.O.; SOARES, L.J.G. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, E.B.C.; LEAL, T.F. **Alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 27-58.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, C.M.; PARENTE, C.; VELOSO, L.; GOMES, S.; JANUÁRIO, S. Os Jovens, a Formação Profissional e o Emprego: Resultados de uma Investigação Internacional. **Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto**, v.3, p.137-178, 1998.

HADDAD, S. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998).** Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

HOTZ, K.G. PROEJA: limites e possibilidades para a classe trabalhadora. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO, 6, 2008, Marília. **Anais...** Marília, 2008.

HYPOLITO, A.M; DEL PINTO, M.A.B.; MARCOLLA, V.; BONOW, D. Implantação dos cursos PROEJA nas instituições federais: as experiências de pelotas. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3, 2009, Vitória. **Anais...** Vitória, 2009.

JULIÃO, E.F. Educação para jovens e adultos privados de liberdade: desafios para a política de reinserção social. **Salto para o futuro**, boletim 6, 2007.

LOPES, S.P.; SOUSA, L.S. EJA: uma educação possível ou mera utopia? **CEREJA**, v. 1, p. 17-19, 2007.

MACHADO, L.R.S. PROEJA: O significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: MEC, SEED, TV Escola, Salto para o Futuro. (Org.). **PROEJA: Formação técnica integrada ao ensino médio**. Rio de Janeiro: MEC, SEED, TV Escola, Salto para o Futuro, 2006, v. 16, p. 36-53.

MAIA, CS.; SILVA, C; MORAIS, M.A. Educação nas prisões: nova visão sobre educação de jovens e adultos e gestão pública. IN: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 4, 2009. **Anais...2009**, Belém.

MAIA, D.C. **A falta de qualificação profissional como um dos fatores na reincidência do preso**. 45f. 2003. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

MELLO, F.M.; MOREIRA, J.S. A experiência de alfabetização de jovens e adultos do Programa Re-Aprender no Conjunto Penal de Jequié-Bahia. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, p. 207-216, jul/dez, 2009.

MOURA, D.H. **O PROEJA e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: Mimeo, 2006.

NASCIMENTO, N.C.C.; TAVARES, G.R.C. Perfil dos alunos do PROEJA em uma instituição de educação profissional técnica de nível médio. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8, 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, M.K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, n.12, 1999.

OLIVEIRA, Q.C.; NASCIMENTO, R.K.; RAGASSI, R.C. Ressocialização de apenados por meio da qualificação profissional: Centro de formação profissional para recuperandos em regime aberto – CEFOP. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2, 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2008.

PASSOS, E.N. **Os jovens em cumprimento de medida sócio-educativa na FASE; realidades e expectativas quanto à profissionalização**. 22f. 2009. Trabalho de conclusão (Especialização em Educação PROEJA) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2009.

PEREIRA, E.A.; FILHO, M.; MACEDO, S.C.R. **Educação integral do aluno do PROEJA em Floriano-PI**. 2010. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.19/GT_19_01_2010.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2011.

PEREIRA, L. C. **A EJA como Elevação Cultural no Sistema Prisional de Ji-Paraná-RO: Por uma reflexão Gramsciana.** 2010. Disponível em:

□<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13522-13523-1-PB.pdf> □ Acesso em: 21 de junho de 2011.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. IN: NOVAES, Regina; VANUNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 217- 241.

SANTOS, B.S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira; 2002.

SANTOS, S. M. **Ressocialização através da educação.** 2005. Disponível em: □ <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13522-13523-1-PB.pdf> □ Acesso em: 28 de maio 2011.

SCARFÓ, F.J. **La Educación Pública en los Establecimientos enitenciaros em Latinoamérica: garantia de una igualdad sustantiva.** In: Educación en Prisiones em Latinoamérica. UNESCO: Brasilia, 2008.

SERRADO JUNIOR, J. V. **As contradições Implícitas e Explícitas sobre a Educação Oferecida no Sistema Penitenciário: Aplicações, Implicações e Conceitos Importantes.** In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17, 2009. Anais... Campinas, 2009.

SILVA, A.M. **Educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil.** 2009. Disponível em: < <http://letrasquanticas.blogspot.com/2011/03/educacao-de-jovens-e-adultos-eja-no.html>>. Acesso em 22 Abr. de 2011.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVEIRA, E. **A escola prisional e o PROEJA: a educação na formação do trabalhador apenado na Escola Estadual Irmão Miguel Dario.** 29f. 2009. Trabalho de conclusão (Especialização em Educação PROEJA) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2009.

STRELHOW, T.B. Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

TEIXEIRA, C.J.P. O papel da educação como programa de reinserção social para jovens e adultos privados de liberdade: perspectivas e avanços. **Salto para o futuro**, boletim 6, 2007.

UNESCO. **Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras.** – Brasília: UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.

ANEXO



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO BÁSICA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS

PESQUISADOR
Vanessa dos Santos Costa
ORIENTADOR
Prof MSc Samuel Costa
TÍTULO DO TRABALHO
Possibilidades de implantação de cursos PROEJA para alunos do Presídio Regional de Araranguá, SC

Prezado(a) Aluno(a)

Este questionário faz parte da monografia da pós-graduanda Vanessa dos Santos Costa, do Instituto Federal de Santa Catarina, campus de Araranguá e está sendo aplicado para Possibilidades de implantação de curso de PROEJA para alunos em privação de liberdade do município de Araranguá, SC.

Ressaltamos que o questionário tem caráter anônimo e as respostas são confidenciais e não serão de forma alguma divulgadas, apenas a compilação dos resultados gerais, sem distinção de indivíduos.

Instruções para o preenchimento

1. Não existem respostas corretas e incorretas. Será útil na medida em que suas respostas forem sinceras.
2. Nenhuma questão tem mais de uma alternativa.

QUESTIONÁRIO

1) Idade _____

2) Gênero () Masculino () Feminino

3) Para você é importante o indivíduo apresentar uma formação profissional?
() Sim () Não

4) A qualificação profissional é um fator importante para um sujeito viver em sociedade?
() Sim () Não

5) Você possui alguma profissão?
() Sim () Não

Qual? _____

7) Você já ouviu falar em PROEJA?

Sim Não

8) Você teria interesse em realizar um curso profissionalizante juntamente com a Educação de Jovens e Adultos da qual você participa?

Sim Não

9) Qual curso na modalidade PROEJA você teria interesse em realizar?
